

## **Crescimento orientado ou sem norte?**

### **O mercado de trabalho do Brasil e o final do Longo Século XX**

*Growing in an oriented way or without a north?*

*The Brazilian labor market and the end of the Long Twentieth Century\**

Mario Marcos Sampaio Rodarte\*

**RESUMO:** Tendo como referencial teórico, a abordagem de Sistemas-Mundo de Giovanni Arrighi, o estudo analisa o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período que coincide com a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação dos EUA, em especial nos trinta anos mais recentes. Destaca-se no estudo a constatação de que o mercado de trabalho tende a melhorar em períodos de políticas independentistas ou de ampliação das relações com países do Sul e BRICS, e a degenerar quando se pratica políticas de alinhamento aos EUA. Diante destas evidências, o texto estabelece algumas sugestões de como o mercado de trabalho poderia seguir melhorando.

**Palavras-chave:** Longo Século XX. Ciclo Sistêmico de Acumulação Estadunidense. Mercado de trabalho brasileiro.

**ABSTRACT:** Using Giovanni Arrighi's Systems-World approach as a theoretical framework, the study analyzes the behavior of the Brazilian labor market in the period that coincides with the financial expansion phase of the systemic cycle of accumulation in the USA, especially in the last thirty years . The study highlights the finding that the labor market tends to improve in periods of independence policies or expansion of relations with countries of the South and BRICS, and to degenerate when policies of alignment with the USA are practiced. Then, the text sets out some suggestions on how the labor market could continue to improve.

**Keywords:** Long 20th century. US Systemic Accumulation Cycle. Brazilian labor market..

**Área temática:** 5. Relações Econômicas Internacionais

---

\* Trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

\* Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da FACE/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. E-mail: [mrodarte@cedeplar.ufmg.br](mailto:mrodarte@cedeplar.ufmg.br).

## 1. Introdução

Nas últimas quatro décadas, o Brasil, no campo econômico, assumiu com comportamento bastante peculiar, se comparado as cinco décadas anteriores, de 1930 a 1970, em que a economia crescia rapidamente, pela industrialização, embalada pela ampliação do mercado interno, com a incorporação de levas de populações rurais para São Paulo e outras grandes cidades.

Nos quarenta anos entre 1940 (pouco antes da criação da CLT) e 1980, o PIB per capita cresceu pouco mais de 400%, ao passo que nos quarenta anos seguintes, o mesmo indicador cresceu ligeiramente mais que apenas 40%. O contraste com o passado de crescimento foi tão gritante que os primeiros dez anos passaram a ser chamados de Década Perdida, por economistas em jornais de época. Houve um ensaio de se batizar os anos 1990 como a Década Desperdiçada, mas não colou muito. Por interesse ou por esquecimento, as pessoas pareciam ter normalizado o baixo crescimento, e a premência em crescer foi, pouco a pouco, saindo da agenda política e econômica.

O que poderia estar por trás de uma mudança de rota tão avassaladora e trágica para o país? A crise da dívida externa e a hiperinflação foram os principais desafios que, se por um lado, minaram as condições de manter o crescimento econômico nos anos 1980, por outro lado, fez questionar ainda mais a legitimidade da ditadura militar e proporcionou, ao final, a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 88, muito progressista sob vários aspectos.

Assume-se aqui, no presente estudo, que a crise econômica que se abateu sob a economia brasileira tem por trás algo mais amplo, que envolveu uma mudança radical na economia mundial capitalista. Na abordagem de Giovanni Arrighi (1996), a longa fase de expansão produtiva (material) dos Estados Unidos, em especial nas três décadas seguintes ao pós II Guerra, se esgotou na década de 1970. A partir de 1980, a expansão estadunidense passa a ser financeira, com várias implicações para o Brasil e os outros países.

Nessas análises, os indicadores socioeconômicos de mercado de trabalho são cruciais para aferir a evolução das condições de bem estar e qualidade de vida da população. Na Nova República, a evolução da taxa de desemprego (e outros indicadores de mercado de trabalho) seguiu uma trajetória em N mais deitado, tendo três fases: A primeira, partindo de um ponto próximo ao pleno emprego (em 1989), o desemprego se elevou progressivamente ao longo da década de 1990 embalado nas primeiras experiências de política neoliberal (que vinha como receituário do Consenso de Washington – Elaborado pelo Departamento de Tesouro dos EUA, Banco Mundial e FMI), ficando mais ou menos estacionado em níveis elevados e recordes entre 2001 e 2003.

A partir de então, iniciou-se uma segunda fase, em contexto de crescimento econômico, com o desemprego seguindo uma trajetória de redução contínua, que só foi contida quando a mesma taxa tangenciava o pleno emprego, por volta de 2014. Nesse período, logo no seu início, o governo abandonou o projeto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), ampliou as relações Sul-Sul e procurou crescentemente valorizar o mercado interno como fonte de crescimento auto-induzido.

Depois disso, sobretudo a partir de 2016, com um novo governo de perfil ainda mais neoliberal que os da década de 1990, a taxa de desemprego elevou-se novamente, de forma ainda mais acelerada do que antes, chegando a níveis recordes na metade do tempo, no ano inicial da pandemia de Covid-19, que ao fim, levou mais de 700 mil pessoas, grande parte deles, trabalhadores pobres da limpeza e outros serviços essenciais.

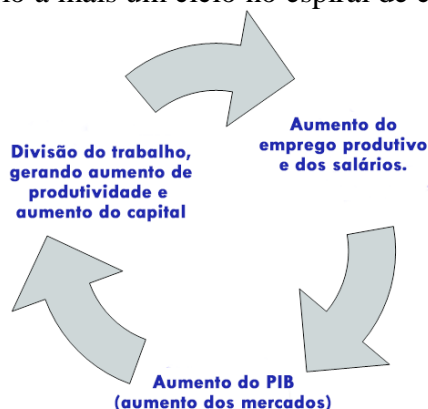
Essa dinâmica recente do mercado de trabalho é o tema central deste trabalho que será mais bem discutido no terceiro item do texto. Antes disso, porém, além desta parte introdutória, o texto contém uma discussão sobre a abordagem teórica, no segundo item, logo a seguir. No terceiro item apresenta-se o panorama econômico na abordagem arrighiana do século XX, onde também se

discute o cenário do novo contexto (posterior à curva em N), a partir de 2020, o que é seguido pelas considerações finais.

## 2. A abordagem arrighiana sobre capitalismo

A razão pela qual nossa sociedade atual está usufruindo de uma riqueza material inédita, segundo Heilbroner e Milberg (2008: 23) deriva do fato de que esta sociedade experimentou, de forma cada vez mais intensa, os efeitos positivos da divisão do trabalho quanto ao aumento da produtividade do trabalho. Tal ideia deriva originalmente de Adam Smith, no livro Riqueza das Nações (1776), que inaugura a Economia como ciência moderna (Figura 1).

Nessa perspectiva, a crescente divisão do trabalho (entre trabalhadores, empresas e países) promove aumento da produtividade (fruto, inclusive, da inovação tecnológica que a divisão do trabalho induz). A ampliação do produto resultante disso, por sua vez, permite gerar aumento do investimento, pelo aumento do estoque de capital, o que impacta positivamente no mercado de trabalho, aumentando as contratações de trabalhadores, ampliando salários e, com isso, ampliando o mercado consumidor. Com os mercados ampliados, abre-se possibilidade para acentuar a divisão do trabalho na sociedade, dando início a mais um ciclo no espiral de crescimento da riqueza das nações.



**Figura 1**  
A espiral smithiana de crescimento na riqueza das nações

Vale destacar que este otimismo expresso na ideia do rápido crescimento econômico gerando progressivos aumentos salariais (e, portanto, da distribuição dos benefícios do crescimento em toda a sociedade) não era compartilhado por outros teóricos da economia clássica. Segundo Malthus (1798), a incapacidade da economia de produzir alimentos e condições de vida condizentes com o rápido crescimento demográfico resultaria sempre em pobreza, desnutrição e morte de parcela da sociedade. David Ricardo aceitou este postulado malthusiano para elaborar a lei férrea dos salários. Segundo esta teoria o salário estaria sempre gravitando em torno do nível de subsistência, uma vez que aumentos salariais (para além do nível de subsistência) reduziriam a morte de filhos de trabalhadores por estarem mais nutridos. Tempos depois, o conseqüente aumento da oferta de trabalhadores pressionaria o salário para baixo, novamente para o nível de subsistência. Uma eventual redução dos salários abaixo do nível de subsistência faria surtir o efeito oposto, de majoração dos salários, pela diminuição de trabalhadores, por morte de subnutrição.

Tempos depois, Marx faria um importante contraponto à teoria clássica ao propor que a pobreza (e morte dos trabalhadores) não derivava da baixa capacidade do capitalismo em gerar riqueza, mas justamente pelo contrário: pela sua enorme capacidade produtiva, dado que o mesmo sistema não proporcionava igual capacidade de consumo dessa riqueza crescente, o que geraria crises recorrentes.

O caráter disruptivo do sistema capitalista é mais claramente exposto no diagrama abaixo (Figura 2). Em breves palavras, a concorrência entre agentes capitalistas de um mesmo segmento

produtivo estimularia, continuamente, o surgimento de novas tecnologias (pela criação de novas máquinas) que ampliam as forças produtivas do capital. Mas aconteceriam dois outros efeitos importantes da modernização das empresas: 1) a concentração de capital, quer pela eliminação de parte do capital relativo às empresas menos adaptadas às mudanças tecnológicas, quer pela aquisição das mais fracas pelas mais competitivas; 2) eliminação de postos de trabalho, com corte de pessoal ou mesmo o fechamento de fábricas. Estas novas levas de desempregados passariam a constituir ou engrossar o chamado exército industrial de reserva. Além do mal estar social gerado pelo desemprego, o excedente de trabalhadores atuaria no sentido de diminuir o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, no sentido de manter os salários baixos, próximo do nível de subsistência. Dessa forma, a teoria marxiana sobre salários se aproximava da ricardiana, ainda que por motivos diametralmente opostos.



**Figura 2**  
**A espiral marxiana de produção de riqueza e pobreza.**

No início do capitalismo as consequências da dinâmica capitalista ainda não eram de todo conhecidas: “O século XVIII (...) não chegou ainda a compreender, na mesma medida que o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo” (MARX, 1985: 269), quando o capitalismo inglês, originalmente agrário, assumiu a feição mais industrial (e mais tecnológica). A cada volta na espiral marxiana, ampliaria riqueza, mas com severa concentração de renda ao ponto de promover crescimento da pobreza, pelo crescimento da massa de trabalhadores excluídos. Pelo modelo marxiano, de forma metafórica, a pobreza extrema de parte da humanidade apareceria como sendo o quadro de Dorian Gray, ou seja, representa a podridão e velhice da ala mais rica do capitalismo, embora sua mais alta elite apareça sempre vistosa, consumindo produtos das marcas de luxo da LVMH, a empresa mais bem avaliada da Europa, em 2023<sup>1</sup>.

A tendência à concentração de renda do capitalismo de fato, existiu como advoga a teoria marxiana? Ou, pelo contrário, as inovações tecnológicas da indústria sob a lógica capitalista moderna tenderiam a ser inclusivas e ampliar desenvolvimento nos estágios mais avançados ao modo que Kuznets preconizava? Com base em farto material empírico dos Estados Unidos e Europa, Piketty e Saez (2022) no estudo intitulado “Desigualdade no Longo Prazo” apontou crescimento da desigualdade de renda, a partir dos anos 1970 e 1980, chegando a níveis sem precedentes nos Estados Unidos, entre 2000 e 2010, período final da análise (PIKETTY, SAEZ, 2022: 38), reiterando conclusões do estudo anterior (PIKETTY, 2014).

Contudo, as mesmas evidências apontaram processos de desconcentração de renda no período anterior, entre os anos 1910 (para Europa) e 1930 (EUA) até os anos de 1960. Ao final, os autores concluem:

<sup>1</sup> Matéria jornalista da Exame (2023) e de outros jornais de negócios.

Em suma: a desigualdade não segue um processo determinístico. Em certo sentido, tanto Marx quanto Kuznets estavam errados. Existem forças poderosas que pressionam alternadamente na direção de um aumento ou de uma diminuição da desigualdade. A direção dominante depende das instituições e das políticas que cada sociedade escolhe adotar. (PIKETTY, SAEZ, 2022: 52)

A evolução da desigualdade de renda no século XX e início do XXI descrita pelos autores acima mostra-se em acordo com a abordagem arrighiana de como foi O Longo Século XX, livro escrito em meados da década de 1990, onde o autor, partindo do conceito do que é capitalismo, que ele toma emprestado de Fernand Braudel (1998), para depois apresentar os quatro ciclos que o capitalismo mundial evoluiu, a partir do final do feudalismo europeu.

Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares (...) a camada mais inferior – e até mais recentemente, a mais ampla – é a de uma economia extremamente elementar e basicamente auto-suficiente. Na falta de expressão melhor ele denominou de *vida material*. (ARRIGHI, 1996: 10)

Com efeito, a organização da sociedade em famílias autárquicas, mais do que um fato, era um ideal estético de sociedade segundo filósofos gregos tendo Aristóteles o maior expoente. As normas pelas quais as famílias deveriam ser regidas para que a auto-suficiência delas fosse alcançada encontram-se no livro do filósofo socrático Xenofonte, o Econômico escritas para que os patriarcas atenienses seguissem. O zelo do chefe seria decisivo para que as condições de subsistência da família fossem garantidas e assim, pudesse perenizar:

(...) o Grande Rei que topara com um bom cavalo (...), perguntou a alguém que diziam ser perito em cavalos o que fazia um cavalo engordar rapidamente. A resposta dele foi que era o olho do dono. Para mim, Sócrates, disse ele, é isso que acontece também em outros assuntos. Para mim é o olho do dono que produz o que é belo e bom. (XENOFONTE, 1999: 66)

O objetivo final das economias antigas de perpetuação não dizia respeito apenas ao instinto biológico de sobrevivência, mas a algo com fundamentação religiosa, que foi muito bem tratada por Fustel de Coulanges (2007: 44) no capítulo “A religião como principal elemento constitutivo da família antiga”, bem como nos capítulos seguintes na Cidade Antiga, livro que, apesar de escrito em meados do século XIX, foi muito elogiado, com poucas ressalvas, pelo helenista Mouses Finley (2013).

Os preceitos básicos de como gerir uma família grega e pagã foram transplantados com pequenas adaptações às unidades feudais de uma Europa cristã. O rompimento a estes valores tradicionais acontece a partir da Peste Negra. Do século XIV ao XVI tem-se um período de transição em que o colapso da economia feudal abre espaço e oportunidade para o surgimento gradual de sistemas econômicos alternativos, tal como os das cidades estados de Genova e Veneza e o estado absolutista da França. Na perspectiva marxiana de Ellen Wood (2001), à margem desses outros sistemas econômicos de maior riqueza, teria surgido o capitalismo agrário, na porção sul da Inglaterra, que só suplantaria os demais sistemas alternativos tempos depois, quando assume a forma industrial.

Voltando à perspectiva braudelianiana assumida por Arrighi, a erosão do sistema feudal permitiria antever o surgimento de uma segunda camada (que se sobrepõe à primeira, de auto-consumo) a qual se denominaria *economia de mercado* (ARRIGHI, 1996: 10). Esta camada, facilmente confundível com o conceito de concorrência perfeita (contida em manuais de economia na parte de estruturas de mercado), percebe-se a forte inspiração smithiana de que o lucro tenderia a gravitar em torno de zero, dada a concorrência dos muitos participantes, destituídos de qualquer poder de mercado para interferir individualmente nos preços para lhes garantir maiores ganhos.

Diferentemente do que supõe o senso comum, economia de mercado não é sinônimo de capitalismo, que surgiria com o estabelecimento de uma terceira camada, denominada *anti-mercado*.

Esta só se impõe quando o Estado entra em cena, se articulando com alguns agentes produtivos, servindo a estes de anteparo para proteger os seus grandes lucros do efeito corrosivo da concorrência, que foi e é encontrado na segunda camada. Inúmeros registros históricos da antiguidade e do feudalismo apontam, aqui e ali, a existência de comerciantes e outros agentes de negócios lucrativos, mas, obviamente, estas experiências isoladas não constituíram sistemas econômicos:

Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa. (ARRIGHI, 1996: 10)

É enganosa qualquer ideia de que as articulações entre Estado e capital, na terceira camada, fossem estáveis, quase eternas, embora as mais exitosas pudessem durar mais de um século. Mesmo estando livre dos pequenos competidores, sob proteção de ações estatais, o grande capital competiria com outros grandes agentes capitalistas, senão no mesmo território nacional, fora dele. Assim, a competição inter-capitalista pode assumir a dimensão de competição inter-estatal de forma que os conflitos, invés de se darem no mercado, por guerra de preço, por exemplo, podem se dar nas guerras clássicas, propriamente ditas, entre países. As razões econômicas que arrastaram a Europa e o mundo para as I e II Guerras Mundiais seriam os exemplos mais eloquentes disso.

Desde o surgimento do capitalismo, as articulações mais bem sucedidas entre capital e Estado e a concorrência inter-capitalista e inter-estatal desenharam quatro grandes ondas que Giovanni Arrighi denominou ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) com representação abaixo (Figura 3). De uma releitura do esquema de reprodução do modo capitalista de produção de Marx, (D-M-D'), Arrighi o subdivide para designar as fases de um CSA, que se estende por mais de 100 anos:

(...) A fórmula geral do capital apresentada por Marx (D-M-D') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. (ARRIGHI, 1996: 6)

Um CSA nasce com uma articulação particular entre capital e Estado. Tão logo ele se mostra capaz de gerar ganhos vultosos, os empreendimentos relativos a esses negócios passam a receber investimentos e empréstimos internacionais e locais. Dá-se assim, início à fase de expansão material da CSA (D-M). O capital financeiro "D" que representa liquidez, flexibilidade, liberdade de escolha é convertido em capital-mercadoria "M", numa estrutura de insumo-produto concreto (ARRIGHI, 1996: 6).

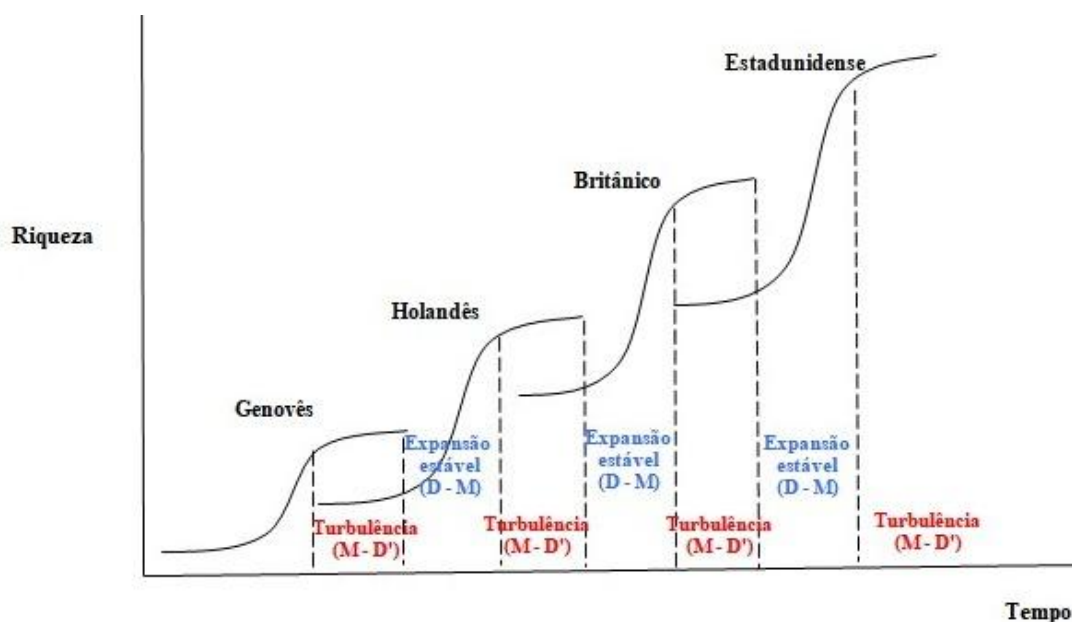


Figura 3 “Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação”.  
 Fonte: Arrighi (1996: 246)

O Estado portador dessa articulação exitosa com o capital tende a exercer o papel de hegemônico, fundando uma ordem mundial harmônica com o CSA vigente:

O conceito de “hegemonia mundial” aqui adotado (...) refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas (...) Esse poder é algo maior e diferente da “dominação” pura e simples é o poder associado à dominação, amplia pelo exercício da “liderança intelectual moral”. (ARRIGHI, 1996: 27)

A hegemonia torna-se tão mais eficiente em manter-se dominante no processo de acumulação quanto mais ele consiga induzir os países participantes do sistema de nações a seguirem coesos na sua ordem mundial e atuando de forma complementar (e não concorrencial) a ele:

Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o *sistema* de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante. Mas um Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para sua própria via de desenvolvimento. (...) esse tipo de liderança pode ser designado como “liderança contra a própria vontade”, porque no correr do tempo, aumenta a competição pelo poder, em vez de aumentar o poder do Estado hegemônico. (ARRIGHI, 1996: 29)

Quando a competição inter-capitalista e inter-estatal se acirram a manutenção dos lucros monopólicos dos agentes capitalistas são comprometidos e o CSA entra na sua segunda e derradeira fase, que é a de “expansão financeira”, ou usando a expressão marxiana com nova roupagem, M-D\'. Recapitulando:

O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases D-M de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases M-D\'). Nas fases de expansão material, o capital monetário [oriundo do CSA anterior] “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital

monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, D-D’) Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (D-M-D’) . (ARRIGHI, 1996: 6, grifo nosso)

Depois dos dois primeiros CSA de caráter comercial, o Genovês e o Holandês, durante os séculos XVI ao XVIII, a ampla concorrência entre os países com a difusão das práticas mercantilistas ao final do período gerou comprometimento dos lucros monopólicos com atividades puramente comerciais. A articulação de capital com Estado que envolvesse, ao mesmo tempo, introdução dos custos de produção no cálculo capitalista (com a Revolução Industrial) e o liberalismo (para a abertura de mercados de insumos primários e acesso a mercados de consumo para seus produtos industrializados) alçou a Grã Bretanha ao posto de país hegemônico, dando início ao Longo Século XIX Britânico, a partir de meados do século XVIII.

Importante dizer que um CSA sempre começou maior do que o CSA anterior, pelo recebimento do seu capital na sua forma financeira, como sugere a Figura 3, anterior. Para que isso fosse possível o mercado financeiro dos países precisou ser desenvolvido, o que se deu pela criação do mercado de títulos da dívida pública do Estado. Arrighi (1996:13) concorda com Marx na seguinte afirmativa:

Com as dívidas do Estado surgiu um sistema internacional de crédito, que frequentemente oculta uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Assim as vilezas do sistema veneziano de rapina constituem uma das tais bases ocultas da riqueza de capital da Holanda, a qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo passou-se entre a Holanda e a Inglaterra. Já no início do século XVIII, as manufaturas da Holanda estavam bastante ultrapassadas e ela havia cessado de ser nação dominante do comércio e da indústria. Um dos seus principais negócios de 1701 a 1776 torna-se por isso, emprestar enormes capitais, especialmente a seu poderoso concorrente, a Inglaterra. Uma relação análoga existe hoje [década de 1860] entre a Inglaterra e os Estados Unidos. (MARX, 1985: 289)

De fato, a industrialização tomou corpo na segunda metade do século XIX em países da Europa e nos EUA. Os ganhos monopólicos da indústria britânica por ter sido antes a “oficina do mundo” cessam de acontecer com a concorrência no mercado de manufaturados e também pela volatilidade do mercado de produtos primários, disputados pelos países recém industrializados. É nesse período que Inglaterra passa para a segunda fase do seu CSA, a expansão financeira, tornando a City Londrina o maior centro financeiro mundial até então.

São fatos alusivos à concorrência inter-capitalista e inter-estatal, no último quartel do século XIX, 1) os mais de 20 anos da Grande Depressão (de 1873 a 1896), como o achatamento dos lucros; e 2) a subsequente disputa armamentista e imperialista das principais nações industriais europeias em relação à África e Ásia, que acabará culminando na eclosão da I Guerra Mundial. Neste contexto, os EUA se sobressaem aos demais Estados capitalistas ao introduzir no cálculo capitalista os custos de transação nas grandes corporações verticalizadas (minimizando, assim, as incertezas quanto à manutenção dos fluxos de insumos para a produção de bens industrializados finais).

### **3. O Ciclo Sistêmico de Acumulação Estadunidense e o Brasil**

#### *3.1 A expansão material*

No CSA dos EUA, o elevado crescimento da produtividade com o novo formato das empresas exigia o crescimento, na mesma medida, das condições de demanda. O crescimento do mercado de consumo dar-se-ia pelos aumentos salariais, num contexto macroeconômico condizente,



com Estado promovendo políticas monetárias e fiscais expansionistas. Na economia doméstica dos EUA, além do New Deal, o controle sobre movimentos especulativos ocorreu para contornar a Crise de 1930, com a lei Glass-Steagall, de 1933 (ARRIGHI, 1996: 288). No cenário internacional pós II Guerra, as políticas expansionistas mostraram-se efetivas com o Plano Marshall e as novas instituições internacionais originárias do Tratado de Bretton Woods.

A partir de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, o Brasil buscou se desprender cada vez mais do papel que desempenhava no século XIX: um país periférico primário exportador, por muito tempo escravista e que tinha como um dos principais clientes, a Grã Bretanha, que hegemonizou o sistema econômico mundial. Este movimento de ruptura brasileira foi facilitado, em parte, pela Grande Depressão mundial, da década de 1930, que se instalou com o Crack da Bolsa de Nova York de 1929, e também pela crise de hegemonia inglesa, que havia se tornado mais evidente, cerca de três décadas atrás e com a Primeira Guerra Mundial.

A reconfiguração do Brasil, transmutando de uma economia rural para outra, de caráter, industrial e urbana, perpassou os fenômenos econômicos mais relevantes do século XX e propiciou ao país, rápido crescimento, só comparado ao Japão, notadamente entre as décadas de 1930 e 1980. De certa forma, ambos os países procuraram, ao se industrializarem, não serem economias complementares à dos Estados Unidos, o novo país hegemônico, mas sim mimetizarem aspectos do dinamismo desse novo capitalismo, que se valia mais do protagonismo de grandes corporações empresariais e rápido crescimento econômico retroalimentado pela expansão do mercado interno, utilizando-se para isso, de políticas que protegiam o trabalho formal e a criação do salário mínimo (Tabela 1).

**Tabela 1 Variações decenais do PIB per capita real e do salário mínimo real Brasil – 1940-2020**

Fases do CSA dos EUA	Período	Variações	
		PIB per capita	Salário Mínimo Real
	1940-1950	40,8	-57,7
Expansão material do CSA Estadunidense	1950-1960	51,1	195,0
	1960-1970	36,9	-32,0
	1970-1980	79,0	6,8
	<b>1940-1980</b>	<b>421</b>	<b>2,3</b>
Expansão financeira do CSA Estadunidense	1980-1990	-3,9	-43,1
	1990-2000	22,4	7,5
	2000-2010	27,8	75,9
	2010-2020	-4,9	18,7
	<b>1980-2020</b>	<b>43</b>	<b>27,7</b>

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

Políticas expansionistas keynesianas (para manter o crescimento do mercado interno, garantindo, assim, condições de crescimento de demanda), no âmbito macroeconômico, e organização fordista, de produção em massa (para gerar condições de oferta de produtos, mas também de demanda, com salários majorados), no âmbito microeconômico, eram o binômio que sintetizava o novo capitalismo que teve, nas décadas de 1950 e 1960, seu período mais áureo.

A política econômica brasileira refletiu, mais tarde, na década de 1950, um movimento mais amplo de outros países da América Latina, que foi conhecido como o Nacional Desenvolvimentismo. Este pensamento, primeiramente proposto e teorizado pela CEPAL, defendia a industrialização substitutiva de importações para os países primário-exportadores, periféricos. Tal direcionamento econômico teria como objetivo final a ampliação dos seus respectivos mercados internos e a eliminação das diferenças de desenvolvimento em relação aos países do centro do capitalismo mundial.

### 3.2 A expansão financeira

Com golpe militar de 1964, o Nacional Desenvolvimentismo seguiu operando nas suas linhas principais, mas tendo como importante diferenciador, o crescimento da desigualdade social, que acabou sendo determinante para o pequeno fôlego do crescimento econômico, cujo ápice deu-se entre finais da década de 60 e início da de 70 do século XX, o Milagre Econômico. A busca do governo em dar sobrevida ao crescimento econômico, mesmo com a reversão de expectativas de agentes privados capitalistas com a crise econômica do centro do capitalismo mundial e a elevação do preço do petróleo, fez com que, de um lado, o parque industrial fosse completado com o II PND, mas que, por outro lado, houvesse o endividamento externo para financiar este mesmo plano de desenvolvimento.

No momento do esgotamento da fase de expansão material do CSA dos EUA, os agentes do Estado americano decidem pela elevação pela política do dólar forte, com a elevação dos juros pelo FED. Tal comportamento, segundo Arrighi está longe de ser um comportamento atípico de uma potência econômica em decadência:

O resultado foi a *belle époque* da era Reagan. Apoiando-se em Braudel (...) Kevin Phillips sublinhou as espantosas semelhanças que se podem identificar entre a influência crescente das finanças nos Estados Unidos da década de 1980, na Grã-Bretanha da época eduardiana, na Holanda da era dos chinós e na Espanha da Era dos Genoveses. A preocupação excessiva com as finanças e a tolerância para com as dívidas parecem ser típicas das grandes potências econômicas em seus estágios finais. Elas prenunciam o declínio econômico. (ARRIGHI, 1996: 325)

Com a elevação dos juros do FED, gerou-se a Crise da Dívida em vários países com empréstimos em dólar, no início da década de 1980, dentre eles o Brasil. A Década Perdida, que se inicia a partir daí, assim chamada, pelo contraste observado ao se comparar o rápido crescimento da economia na década de 1970 com o pífio crescimento da década de 1980, foi marcado pelo esforço de pagamento da dívida, que se deu em detrimento do crescimento econômico e da estabilidade monetária.

### 3.3 O mercado de trabalho brasileiro entre o final do CSA dos EUA e o crescimento da China

A crise econômica da primeira metade da década de 1980 contribuiu para a deslegitimação da Ditadura Militar e o processo de redemocratização do Brasil, que se deu na segunda metade da década. No ímpeto dos novos tempos, torna a ganhar força política a luta por ampliação dos direitos dos trabalhadores, que anteriormente tinham sido aumentados com a criação da CLT, mas depois contida com os militares no poder, no período seguinte. As novas conquistas na década de 1980 foram materializadas na Constituição Federal de 1988, sendo um marco histórico nesse processo de lutas sociais e, então, sob vários aspectos, os direitos trabalhistas atingiram o seu zênite.

Pode-se considerar a Constituição Federal de 1988 como o último suspiro do Nacional Desenvolvimentismo. Em linhas gerais a Carta Magna, além de definir o poder aquisitivo do salário mínimo, estipulou a redução da jornada de trabalho (de 48 horas semanais para 44 horas), direito ao trabalho e controle das taxas de juros, numa intenção clara de conformar uma economia mais produtivista e menos financeirizada. Assim, o direito de todo cidadão ao trabalho aparece na Constituição como um dos princípios norteadores dos rumos da economia. Implica dizer com isso, que independentemente da orientação político-ideológica dos governos, a manutenção do nível de pleno emprego, ou algo próximo disso, deveria ser observada a partir de então.

A análise da evolução do mercado de trabalho pelas principais pesquisas sobre o tema no Brasil nessas três últimas décadas mostra, contudo, que na maior parte do tempo, o nível de desemprego esteve longe do preceito constitucional do pleno emprego (Gráfico 1). Pelo fato de a

dinâmica do mercado de trabalho ser fortemente influenciada pela orientação dos governos federais, infere-se que essa meta constitucional foi, em muitos casos, negligenciada, por se privilegiar outras pautas influenciadas, inclusive, pelo contexto externo. Aliás, é possível traçar uma periodização nomeando as fases pelas pautas objetivadas pelos governos e assim, divide-se em três grandes fases o período constitucional que, em relação à evolução do desemprego e outros indicadores do mercado de trabalho, conformam um “N”.

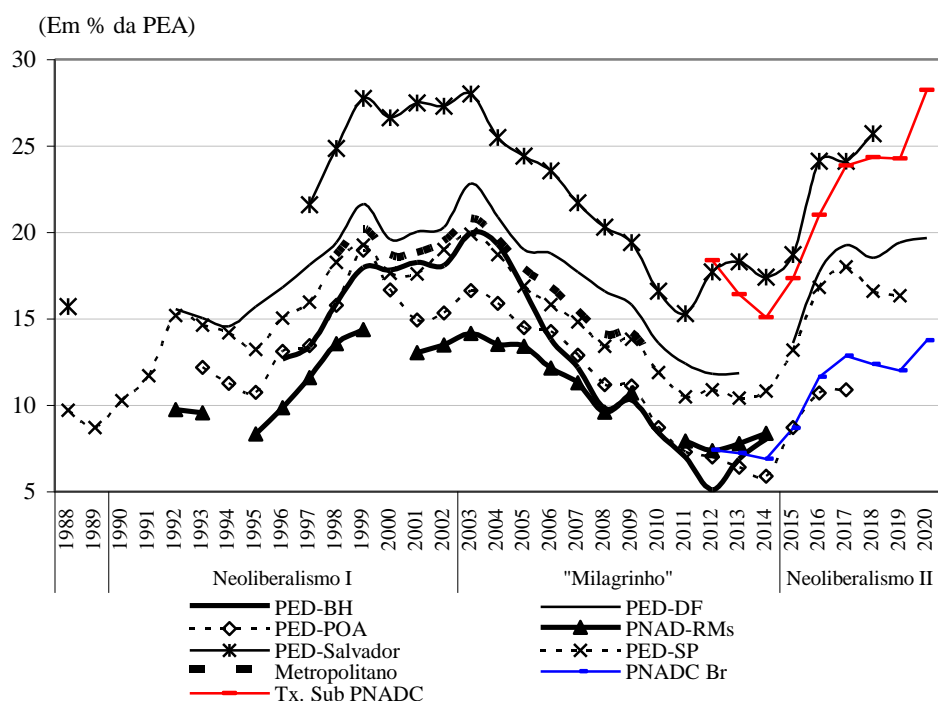
- Neoliberalismo I (Década de 1990 – presidentes Collor, Itamar e FHC): com o Brasil pressionado pelo Consenso de Washington e pela eleição de governos com plataformas liberalizantes, o desemprego, em cerca de uma década, chegou a níveis inéditos. Não temos estatísticas suficientes do período do nacional-desenvolvimentismo (1930-1980), mas os resultados das pesquisas ao final do Neoliberalismo I, em 2002, produziram indicadores que superam até mesmo os da “década perdida”, como era chamada a década de 1980. Em síntese, no “Neoliberalismo I”, entre 1995 e 2003, destaca-se a insuficiência da economia em gerar postos de trabalho em ritmo condizente ao ritmo demográfico (1,6% ao ano, contra 2,2% a. a.), o que fez a taxa de desemprego saltar de 6% para 9,7% da população economicamente ativa (PEA).

- O “Milagrinho”<sup>2</sup> (2003-2014 – presidentes Lula e Dilma) não foi um abandono total das práticas neoliberais, mas houve uma combinação com outras políticas de combate à pobreza e valorização das condições de trabalho. Esse desenvolvimentismo, apesar de tímido, foi capaz de reverter a queda do padrão de vida dos trabalhadores ocorrido Neoliberalismo I No decorrer do “Milagrinho”, analisado parcialmente entre 2003 e 2011, o ritmo de crescimento ocupacional acelerou, ficando acima do ritmo do crescimento demográfico (em descenso), fazendo com que a taxa de desemprego voltasse próximo ao nível anterior (6,7%).

---

<sup>2</sup> O termo “Milagrinho” foi cunhado pelo economista Edmar Bacha, numa alusão ao Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973), quando as taxas anuais de crescimento da economia foram recordes, porém sem distribuição de renda. No Milagrinho, pelo contrário, a diminuição da desigualdade, somadas a outras medidas, foi fundamental para que o crescimento ocorresse. “Além da distribuição de renda na base da pirâmide, a política econômica teve dois outros pilares que alimentariam esse processo de crescimento mais inclusivo e com grande apelo junto à opinião pública: maior acesso ao crédito e maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social. Estavam dadas as condições políticas para o Milagrinho” (Carvalho, 2018, p. 19)

**Gráfico 1 Taxas de desemprego e de subutilização por diferentes pesquisas  
Brasil, Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1988-2020**



Fonte dos dados básicos: DIEESE/SEADE/MTE-FAT e instituições regionais/.

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. (Regiões metropolitanas e DF)

IBGE - PNAD e PNADC.

- “Neoliberalismo II”, que também poderia ser chamado de “Ponte para o Futuro”, por encarnar, sobretudo, a política de governo do presidente Temer, sendo seguida também por seu sucessor, é a fase na qual as políticas nefastas para o mercado de trabalho foram aplicadas de forma ainda mais acentuada, de modo que a deterioração do mercado de trabalho, observada no “Neoliberalismo I” foi também obtida aqui, mas em velocidade dobrada.

Como visto no gráfico anterior, as discontinuidades das pesquisas acabam gerando dificuldades de análise para períodos mais largos. Para privilegiar os últimos movimentos do mercado de trabalho, buscou-se aqui evidenciar os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, produzida pelo IBGE a partir de 2012 e em operação até o presente.

Entre vários aspectos importantes que os principais agregados do mercado de trabalho apresentados na Tabela 2, deve-se destacar que o elevado crescimento do desemprego no “Neoliberalismo II” decorreu de uma incapacidade do setor econômico em gerar postos de trabalho no ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) no período, de apenas 0,5% ao ano. Na verdade, este foi um dos raros momentos na história brasileira de anos consecutivos de mercado de trabalho estagnado em que se observou destruiu (ao invés de criação) de postos de trabalho (-0,7% a. a.).

**Tabela 2 Principais estimativas de agregados do mercado de trabalho e taxas  
Brasil - 2012-2023 (primeiro trimestre)**

Agregados de mercado de trabalho e taxas	Ano (primeiro trimestre)						Var. relativas (% a.a.)		
	2012	2014	2018	2020	2021	2023	2014/ 2012	2021/ 2014	2023/ 2021
<b>Estimativas (em mil pessoas)</b>									
PIA (14 anos e mais).....	153.601	158.107	165.909	169.427	171.084	174.228	1,5	1,1	0,9
Inativos.....	57.937	59.510	61.158	63.164	68.745	66.971	1,3	2,1	-1,3
PEA potencial.....	6.685	4.365	7.712	8.323	11.308	7.130	-19,2	14,6	-20,6
Na PEA.....	95.664	98.597	104.751	106.263	102.339	107.257	1,5	0,5	2,4
Desempregados.....	7.653	7.141	13.872	13.148	15.257	9.432	-3,4	11,5	-21,4
Ocupados.....	88.011	91.456	90.879	93.115	87.082	97.825	1,9	-0,7	6,0
Subocupadas (por insuf. de horas trab.).....	7.013	4.531	6.203	6.522	7.091	5.013	-19,6	6,6	-15,9
<b>Taxas (em %)</b>									
Taxa de participação.....	62,3	62,4	63,1	62,7	59,8	61,6	0,1	-0,6	1,4
Taxa de desemprego.....	8,0	7,2	13,2	12,4	14,9	8,8	-4,9	10,9	-23,2
Taxa composta de subutilização da força de trabalho.....	20,9	15,6	24,7	24,4	29,6	18,9	-13,6	9,6	-20,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Elaboração própria.

Mais do que piora quantitativa, os dados constantes tanto na Tabela 3 quanto na Tabela 4 sinalizam para um quadro grave de deterioração da qualidade dos postos de trabalho existentes, entre 2014 e 2021. Apesar de se saber da crescente qualificação da força de trabalho no Brasil, pelo aumento da escolaridade, os postos de trabalho dos setores condizentes com este elevado nível de preparação tem apresentado baixo crescimento, mesmo em períodos mais recentes de recuperação econômica. Sem uma política de contenção do processo de industrialização, os serviços tradicionais, com menores rendimentos cresceram e passaram a ocupar 41,5% do total, no primeiro trimestre de 2023. Como esperado, essa precarização do mercado de trabalho envolveu também o crescimento das inserções ocupacionais mais vulneráveis (de 43,5%, em 2014, para 47,5%, em 2023).

**Tabela 3 Estimativa de ocupados, rendimentos do trabalho e massa de rendimento por setor de atividade, Brasil – 2012 (1º trim.)-2023 (1º trim.)**

Setores de atividade	Ano (primeiro trimestre)								Var. relativas (% a.a.)		
	2012		2014		2021		2023		2014/2012	2021/2018	2023/2021
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%			
<b>Ocupados (em mil pessoas)</b>	<b>88.011</b>	<b>100,0</b>	<b>91.456</b>	<b>100,0</b>	<b>87.082</b>	<b>100,0</b>	<b>97.825</b>	<b>100,0</b>	<b>1,9</b>	<b>-0,7</b>	<b>6,0</b>
<b>Indústria.....</b>	<b>20.249</b>	<b>23,0</b>	<b>21.433</b>	<b>23,4</b>	<b>17.789</b>	<b>20,4</b>	<b>19.737</b>	<b>20,2</b>	<b>2,9</b>	<b>-2,6</b>	<b>5,3</b>
Indústria.....	13.075	14,9	13.218	14,5	11.391	13,1	12.584	12,9	0,5	-2,1	5,1
construção.....	7.174	8,2	8.215	9,0	6.398	7,3	7.153	7,3	7,0	-3,5	5,7
<b>Serviços qualificados.....</b>	<b>23.363</b>	<b>26,5</b>	<b>24.394</b>	<b>26,7</b>	<b>26.967</b>	<b>31,0</b>	<b>29.186</b>	<b>29,8</b>	<b>2,2</b>	<b>1,4</b>	<b>4,0</b>
Serviços financ.....	9.501	10,8	9.888	10,8	10.903	12,5	12.015	12,3	2,0	1,4	5,0
Estado.....	13.862	15,8	14.506	15,9	16.064	18,4	17.171	17,6	2,3	1,5	3,4
<b>Serviços tradicionais.....</b>	<b>34.214</b>	<b>38,9</b>	<b>36.099</b>	<b>39,5</b>	<b>33.749</b>	<b>38,8</b>	<b>40.576</b>	<b>41,5</b>	<b>2,7</b>	<b>-1,0</b>	<b>9,6</b>
Comércio e rep.....	16.601	18,9	17.712	19,4	16.339	18,8	18.892	19,3	3,3	-1,1	7,5
Transp e arm.....	4.067	4,6	4.199	4,6	4.508	5,2	5.372	5,5	1,6	1,0	9,2
Alojamento.....	3.834	4,4	4.281	4,7	4.003	4,6	5.396	5,5	5,7	-1,0	16,1
outros serv.....	3.758	4,3	4.132	4,5	4.150	4,8	5.176	5,3	4,9	0,1	11,7
serv. Dom.....	5.954	6,8	5.775	6,3	4.749	5,5	5.740	5,9	-1,5	-2,8	9,9
<b>Setor primário.....</b>	<b>10.147</b>	<b>11,5</b>	<b>9.510</b>	<b>10,4</b>	<b>8.532</b>	<b>9,8</b>	<b>8.287</b>	<b>8,5</b>	<b>-3,2</b>	<b>-1,5</b>	<b>-1,4</b>
<b>Rendimento (em R\$)</b>	<b>2.607</b>		<b>2.768</b>		<b>2.828</b>		<b>2.788</b>		<b>3,0</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,7</b>
<b>Indústria.....</b>	<b>2.558</b>		<b>2.732</b>		<b>2.561</b>		<b>2.563</b>		<b>3,4</b>	<b>-0,9</b>	<b>0,0</b>
Indústria.....	2.754		2.914		2.849		2.741		2,9	-0,3	-1,9
construção.....	2.202		2.441		2.047		2.250		5,3	-2,5	4,8
<b>Serviços qualificados.....</b>	<b>3.841</b>		<b>4.044</b>		<b>4.306</b>		<b>4.071</b>		<b>2,6</b>	<b>0,9</b>	<b>-2,8</b>
Serviços financ.....	3.841		4.084		4.031		4.144		3,1	-0,2	1,4
Estado.....	3.842		4.017		4.493		4.020		2,3	1,6	-5,4
<b>Serviços tradicionais.....</b>	<b>2.138</b>		<b>2.239</b>		<b>2.077</b>		<b>2.170</b>		<b>2,4</b>	<b>-1,1</b>	<b>2,2</b>
Comércio e rep.....	2.367		2.427		2.279		2.384		1,3	-0,9	2,3
Transp e arm.....	2.877		3.004		2.546		2.671		2,2	-2,3	2,4
Alojamento.....	2.021		2.157		1.882		1.948		3,3	-1,9	1,7
outros serv.....	2.194		2.291		2.119		2.266		2,2	-1,1	3,4
serv. Dom.....	1.033		1.133		1.067		1.117		4,7	-0,9	2,3
<b>Setor primário.....</b>	<b>1.456</b>		<b>1.591</b>		<b>1.698</b>		<b>1.842</b>		<b>4,6</b>	<b>0,9</b>	<b>4,1</b>
<b>Massa (em milhões de R\$)</b>	<b>229.453</b>	<b>100,0</b>	<b>253.195</b>	<b>100,0</b>	<b>246.273</b>	<b>100,0</b>	<b>272.708</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>-0,4</b>	<b>5,2</b>
<b>Indústria.....</b>	<b>51.799</b>	<b>22,6</b>	<b>58.566</b>	<b>23,1</b>	<b>45.553</b>	<b>18,5</b>	<b>50.587</b>	<b>18,5</b>	<b>6,3</b>	<b>-3,5</b>	<b>5,4</b>
Indústria.....	36.005	15,7	38.513	15,2	32.459	13,2	34.493	12,6	3,4	-2,4	3,1
construção.....	15.794	6,9	20.053	7,9	13.095	5,3	16.094	5,9	12,7	-5,9	10,9
<b>Serviços qualificados.....</b>	<b>89.746</b>	<b>39,1</b>	<b>98.656</b>	<b>39,0</b>	<b>116.125</b>	<b>47,2</b>	<b>118.818</b>	<b>43,6</b>	<b>4,8</b>	<b>2,4</b>	<b>1,2</b>
Serviços financ.....	36.491	15,9	40.385	16,0	43.953	17,8	49.790	18,3	5,2	1,2	6,4
Estado.....	53.255	23,2	58.271	23,0	72.172	29,3	69.027	25,3	4,6	3,1	-2,2
<b>Serviços tradicionais.....</b>	<b>73.136</b>	<b>31,9</b>	<b>80.840</b>	<b>31,9</b>	<b>70.105</b>	<b>28,5</b>	<b>88.039</b>	<b>32,3</b>	<b>5,1</b>	<b>-2,0</b>	<b>12,1</b>
Comércio e rep.....	39.288	17,1	42.982	17,0	37.236	15,1	45.039	16,5	4,6	-2,0	10,0
Transp e arm.....	11.701	5,1	12.615	5,0	11.477	4,7	14.349	5,3	3,8	-1,3	11,8
Alojamento.....	7.749	3,4	9.233	3,6	7.532	3,1	10.511	3,9	9,2	-2,9	18,1
outros serv.....	8.247	3,6	9.467	3,7	8.794	3,6	11.729	4,3	7,1	-1,0	15,5
serv. Dom.....	6.151	2,7	6.542	2,6	5.066	2,1	6.412	2,4	3,1	-3,6	12,5
<b>Setor primário.....</b>	<b>14.772</b>	<b>6,4</b>	<b>15.133</b>	<b>6,0</b>	<b>14.490</b>	<b>5,9</b>	<b>15.265</b>	<b>5,6</b>	<b>1,2</b>	<b>-0,6</b>	<b>2,6</b>

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Elaboração própria.

A massa de rendimentos do trabalho é um indicador chave por ser uma *proxy* do mercado interno, já que grande parte dos recursos que estimulam o consumo interno são advindos da renda do trabalho. Em decorrência de destruição líquida de postos de trabalho e pela estagnação do rendimento do trabalho, a massa de rendimentos não cresceu entre 2014 e 2021.

**Tabela 4 Estimativa de ocupados, rendimentos do trabalho e massa de rendimento por posição na ocupação. Brasil – 2012 (1º trim.)-2023 (1º trim.)**

Posição na ocupação	Ano (primeiro trimestre)								Var. relativas (% a.a.)		
	2012		2014		2021		2023		2014/2012	2021/2014	2023/2021
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%			
<b>Ocupados (em mil pessoas).....</b>	<b>88.011</b>	<b>100,0</b>	<b>91.456</b>	<b>100,0</b>	<b>87.082</b>	<b>100,0</b>	<b>97.825</b>	<b>100,0</b>	<b>1,9</b>	<b>-0,7</b>	<b>6,0</b>
<b>Menos vulneráveis.....</b>	<b>48.250</b>	<b>54,8</b>	<b>51.676</b>	<b>56,5</b>	<b>45.959</b>	<b>52,8</b>	<b>51.355</b>	<b>52,5</b>	<b>3,5</b>	<b>-1,7</b>	<b>5,7</b>
Assal. setor privado C/ carteira.....	34.262	38,9	37.333	40,8	31.515	36,2	36.688	37,5	4,4	-2,4	7,9
Servidor estatutário (e militares).....	7.257	8,2	7.580	8,3	8.321	9,6	7.669	7,8	2,2	1,3	-4,0
Setor público c/ carteira.....	1.451	1,6	1.295	1,4	1.168	1,3	1.351	1,4	-5,5	-1,5	7,5
Empregadores.....	3.388	3,8	3.651	4,0	3.697	4,2	4.158	4,3	3,8	0,2	6,1
Trab. Doméstico c/ carteira.....	1.892	2,1	1.817	2,0	1.258	1,4	1.489	1,5	-2,0	-5,1	8,8
<b>Mais vulneráveis.....</b>	<b>39.761</b>	<b>45,2</b>	<b>39.780</b>	<b>43,5</b>	<b>41.123</b>	<b>47,2</b>	<b>46.470</b>	<b>47,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>6,3</b>
Assal. setor privado S/ carteira.....	11.122	12,6	10.626	11,6	10.244	11,8	12.806	13,1	-2,3	-0,5	11,8
Setor público s/ carteira.....	2.059	2,3	2.081	2,3	1.920	2,2	2.765	2,8	0,5	-1,1	20,0
Conta-própria.....	20.174	22,9	20.533	22,5	23.560	27,1	25.193	25,8	0,9	2,0	3,4
Trab. doméstico S/ carteira.....	4.062	4,6	3.957	4,3	3.455	4,0	4.208	4,3	-1,3	-1,9	10,4
Trabalhador familiar auxiliar .....	2.344	2,7	2.583	2,8	1.944	2,2	1.498	1,5	5,0	-4,0	-12,2
<b>Rendimento (em R\$)</b>	<b>2.607</b>		<b>2.768</b>		<b>2.828</b>		<b>2.788</b>		<b>3,0</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,7</b>
<b>Menos vulneráveis.....</b>	<b>3.237</b>		<b>3.380</b>		<b>3.545</b>		<b>3.425</b>		<b>2,2</b>	<b>0,7</b>	<b>-1,7</b>
Assal. setor privado C/ carteira.....	2.602		2.726		2.724		2.703		2,4	0,0	-0,4
Servidor estatutário (e militares).....	4.709		4.950		5.226		5.078		2,5	0,8	-1,4
Setor público c/ carteira.....	4.074		3.931		4.656		4.140		-1,8	2,4	-5,7
Empregadores.....	7.188		7.540		7.098		7.178		2,4	-0,9	0,6
Trab. Doméstico c/ carteira.....	1.378		1.524		1.519		1.557		5,2	0,0	1,2
<b>Mais vulneráveis.....</b>	<b>1.850</b>		<b>1.984</b>		<b>2.030</b>		<b>2.084</b>		<b>3,5</b>	<b>0,3</b>	<b>1,3</b>
Assal. setor privado S/ carteira.....	1.648		1.654		1.854		1.975		0,2	1,6	3,2
Setor público s/ carteira.....	2.190		2.405		2.723		2.442		4,8	1,8	-5,3
Conta-própria.....	2.124		2.311		2.215		2.288		4,3	-0,6	1,6
Trab. doméstico S/ carteira.....	872		953		902		961		4,5	-0,8	3,2
<b>Massa (em milhões de R\$)</b>	<b>229.453</b>	<b>100,0</b>	<b>253.195</b>	<b>100,0</b>	<b>246.273</b>	<b>100,0</b>	<b>272.708</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>	<b>-0,4</b>	<b>5,2</b>
<b>Menos vulneráveis.....</b>	<b>156.193</b>	<b>68,1</b>	<b>174.690</b>	<b>69,0</b>	<b>162.930</b>	<b>66,2</b>	<b>175.868</b>	<b>64,5</b>	<b>5,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>3,9</b>
Assal. setor privado C/ carteira.....	89.148	38,9	101.778	40,2	85.853	34,9	99.168	36,4	6,8	-2,4	7,5
Servidor estatutário (e militares).....	34.171	14,9	37.523	14,8	43.488	17,7	38.943	14,3	4,8	2,1	-5,4
Setor público c/ carteira.....	5.911	2,6	5.091	2,0	5.438	2,2	5.593	2,1	-7,2	0,9	1,4
Empregadores.....	24.354	10,6	27.528	10,9	26.240	10,7	29.846	10,9	6,3	-0,7	6,6
Trab. Doméstico c/ carteira.....	2.608	1,1	2.769	1,1	1.911	0,8	2.318	0,9	3,0	-5,2	10,1
<b>Mais vulneráveis.....</b>	<b>69.238</b>	<b>30,2</b>	<b>73.798</b>	<b>29,1</b>	<b>79.518</b>	<b>32,3</b>	<b>93.729</b>	<b>34,4</b>	<b>3,2</b>	<b>1,1</b>	<b>8,6</b>
Assal. setor privado S/ carteira.....	18.333	8,0	17.581	6,9	18.994	7,7	25.292	9,3	-2,1	1,1	15,4
Setor público s/ carteira.....	4.510	2,0	5.005	2,0	5.228	2,1	6.752	2,5	5,4	0,6	13,6
Conta-própria.....	42.852	18,7	47.443	18,7	52.181	21,2	57.642	21,1	5,2	1,4	5,1
Trab. doméstico S/ carteira.....	3.542	1,5	3.769	1,5	3.115	1,3	4.044	1,5	3,2	-2,7	13,9

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Elaboração própria.

As súbitas melhoras de vários indicadores do mercado de trabalho, entre os primeiros trimestres de 2021 e 2023, são alentadoras. Deve-se destacar a redução do desemprego, da subutilização, do crescimento dos postos de trabalho, o aumento do rendimento e do expressivo aumento da massa de rendimentos. Contudo, a permanência de um quadro geral de mercado de trabalho precarizado (com elevado número de trabalhadores informais e dos serviços menos qualificados) é um sinal de alerta para o pequeno fôlego dessa retomada, caso não haja manutenção de políticas de estímulo ao crescimento econômico e de proteção ao trabalhador.

#### 4. Considerações finais

O estudo feito aqui buscou evidenciar a sincronia dos acontecimentos, em especial, a correspondência entre o momento em que a expansão material do CSA estadunidense se esgota e a interrupção da longa fase de crescimento da economia brasileira com a industrialização substitutiva

de importações. Sem que houvesse quase nenhuma defasagem temporal entre uma coisa e outra, a fase de expansão financeira do ciclo dos EUA coincidiu com os atuais longos quarenta anos de crescimento menor no Brasil.

Não foi o objetivo do texto esgotar as relações de causalidade entre os fenômenos. Para além dos eventos econômicos já conhecidos, tal como a elevação dos juros do dólar por Paul Volker no FED, muito decisivo para que a crise econômica brasileira no início dos anos 1980, assume-se que existe todo um conjunto de articulações entre segmentos da elite econômica e política e seus técnicos, algumas evidentes, outras não, como ação de espionagem, pirataria industrial, etc., muito comuns nas ações dos países hegemônicos para com os demais, desde as duas primeiras CSA comerciais, segundo Arrighi (1996).

A superação dos EUA pela China, iminente ou fato concreto, a depender do indicador econômico utilizado para ranquear as respectivas economias, não torna a China, automaticamente um país hegemônico na perspectiva de Arrighi (2008) por uma série de questões que não cabem ser tratadas aqui. Mas está dentro do esquema teórico do Arrighi, inspirado por Henry Pirenne, a ideia de que os antigos e superados Estados hegemônicos não conhecem uma ruína completa, pois, como sócios das novas iniciativas econômicas em outros países, acabam por manter um nível de riqueza, mesmo que concentrada na sua elite, antes empresarial, agora convertida em rentista.

Este é um ponto curioso de análise: o ciclo econômico se confunde com o ciclo vital de indivíduos que na fase expansiva material são jovens empresários (inovadores, propensos aos riscos dos negócios) e que, na fase de expansão financeira, se tornam velhos rentistas (que buscam segurança, ao se desfazerem dos negócios próprios e adquirirem títulos públicos da dívida ou privados de outrem). EUA podem recobrar sua vitalidade de país hegemônico e ter nova expansão material? Reconverter a elite de rentista para empresária, talvez apostando na mudança geracional, é algo que não parece impossível, apesar de a história mostrar isto nunca ter se verificado no passado.

Dessa forma, parece ser mais auspicioso ao Brasil a estratégia de se desnortear (ou se desvencilhar progressivamente dos EUA) e se orientar (conectando-se mais à China, Índia, África do Sul, aos BRICS, em síntese) para voltar a ter uma dinâmica econômica de crescimento com inclusão social. Na perspectiva arrighiana, no seu último livro, a China teve como elemento inovador e de vantagem em relação ao Ocidente, a endogeuinização do custo ambiental no cálculo econômico. O fato de o Brasil ter as riquezas naturais conhecidas possibilita um sem número de parcerias de ganho mútuo, ainda que se recomende muito cuidado diplomático, uma vez que o cenário geopolítico possa se tornar ainda mais conturbado quando o pêndulo da História, que se movimentou do oriente para o ocidente no século XVIII, esteja fazendo agora o movimento contrário.

Também é um desafio, no plano doméstico, retornar ao ritmo de crescimento mais vigoroso sabendo não poder contar muito com a elite econômica, rentista ou que se rendeu ao rentismo mais recentemente. Tal dificuldade foi sinalizada, por exemplo, pela recusa de empresários de assumirem a pasta do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, no terceiro mandato do Presidente Lula.

Como a terceira camada de anti-mercado brasileira tem se mostrado pouco colaborativa no desafio do crescimento, parece justo que o governo responda os desafios da economia estimulando mais a economia de mercado (segunda camada) e mesmo a oikonomia (terceira camada), pois os aumentos destas camadas causam o efeito contrário do que as políticas neoliberais causam na economia, ou seja, reduzem o exército industrial de reserva. Com esta redução, o aumento do poder de barganha dos trabalhadores possibilita, até mesmo, o aumento dos salários na camada de anti-mercado, o que pode incutir nos empresários capitalistas o desejo de inovar e investir em tecnologia.

Muitas dessas políticas econômicas e sociais já foram aplicadas e tiveram sucesso comprovado sobre a redução do desemprego, nas gestões progressistas passadas, de 2003 a 2014, como visto anteriormente. As várias políticas de estímulo ao pequeno produtor urbano e rural, tal como micro-crédito, com baixos juros, reforma agrária, demarcação de terras indígenas seriam alguns exemplos importantes para estimular a economia popular e de auto-consumo.



Para finalizar, mesmo que seja muito óbvio, mas que a defesa de uma sociedade mais igualitária exige, faz-se muito necessário o banimento de todas as iniciativas que na teoria marxiana implicam aumento da mais valia absoluta, quando não são práticas relativas ao que Marx denominava acumulação primitiva de capital, e que Arrighi dizia ser comuns em todos os finais de CSA. Tais medidas passariam pela revisão das reformas trabalhistas que retiraram direitos dos trabalhadores, a fiscalização contra trabalho análogo à escravidão, regulação do trabalho por plataforma para proibição de jornadas de trabalho extenuantes, etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 428 p.
- ARRIGHI, Giovanni, SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 334 p.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. xiv, 393p.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV - XVIII*. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Claret, 2007. 418p.
- EXAME. Da moda à hotelaria: LVMH se torna primeira empresa europeia a ultrapassar US\$ 500 bilhões. 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://exame.com/casual/da-moda-a-hotelaria-lvmh-se-torna-primeira-empresa-europeia-a-ultrapassar-us-500-bilhoes/> Acesso em 21 maio 2023.
- FINLEY, Moses I. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 366p.
- HEILBRONER, Robert L. MILBERG, William. *A Construção da Sociedade Econômica*. Edição: 12. Porto Alegre: Bookman, 2008. 248p.
- MALTHUS, Thomas R. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática: Ensaio sobre a População*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (1ª edição 1798).
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 306p.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p.
- PIKETTY, Thomas, SAES, Emmanuel. Desigualdade no Longo Prazo. In: MATTOS, Fernando A. M. HALLAK NETO, João, SILVEIRA, Fernando Gaiger. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2022. 486p.
- BIRABEN. Jean-Noël. A southern French village: the inhabitants of Montplaisant in 1644 In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). *Household and family in the past time*. Cambridge: University Printing, 1972. p. 237-254.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2000. 349 p.
- SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986. 444p
- WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, 143 p.
- XENOFONTE. *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 99p.